ESCLARECIMENTO 1

1. A Administração realizará verificação formal da veracidade das declarações efetuadas diretamente no sistema, no ato do registro das propostas, pelas licitantes quanto ao cumprimento das cotas legais de Pessoas com Deficiência (PCD) e de Aprendizizes, mediante consulta a certidões, autos de infração e demais registros oficiais emitidos pelos órgãos de fiscalização trabalhista competentes (MTE/SIT)? **Resposta: A exigência de declaração quanto ao cumprimento das cotas legais de contratação de Pessoas com Deficiência (PCD) e de Aprendizizes, conforme previsto no Anexo XII do Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2025, compõe os documentos obrigatórios a serem apresentados pelas licitantes no momento da proposta, mas sua verificação formal e material pela Administração será realizada na fase de execução contratual. Nessa etapa, a contratada deverá comprovar o efetivo cumprimento das cotas, conforme previsto na legislação aplicável (Lei nº 8.213/91 e Lei nº 10.097/2000), sob pena de aplicação das sanções legais e contratuais cabíveis. Durante a fase licitatória, a declaração tem caráter formal e autodeclaratório, sendo possível à Administração, a qualquer tempo, adotar diligências para verificar sua veracidade, inclusive com base em informações dos órgãos de fiscalização trabalhista, se necessário.**

2. Caso uma licitante possua auto de infração vigente, não anulado ou suspenso, ou certidão inferior que ateste o não cumprimento das cotas, será considerada inabilitada e desclassificada do certame, nos termos do art. 155, VIII da Lei nº 14.133/2021 e do item 56 do Parecer nº 00060/2024/DECOR/CGU/AGU? **Resposta: A existência de auto de infração vigente, não anulado ou suspenso, ou de certidão emitida por órgão competente que ateste o descumprimento das cotas legais de contratação de Pessoas com Deficiência (PCD) ou de Aprendizizes não implica, por si só, na inabilitação ou desclassificação automática da licitante durante a fase de julgamento ou habilitação, salvo se expressamente prevista como condição de habilitação no edital, o que não ocorre neste certame.**

Conforme dispõe o Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2025, a comprovação do cumprimento das cotas legais é exigência a ser observada durante a execução contratual, como obrigação acessória da contratada, sujeita a fiscalização e eventual aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento.

O art. 155, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021 trata das sanções aplicáveis aos contratos em execução, e não como fundamento direto para inabilitação em fase licitatória. Da mesma forma, o item 56 do Parecer nº 00060/2024/DECOR/CGU/AGU orienta a atuação da Administração na

fase contratual, não afastando a necessidade de respeito ao edital como instrumento vinculativo. Assim, a mera existência de registro fiscalizador não é suficiente para impedir a participação, devendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa nos casos cabíveis.

3. A Administração entende que a ausência de cumprimento da cota legal de PCDs e reabilitados constitui fato impeditivo à contratação, devendo resultar na desclassificação da proposta e, se verificado após a assinatura, na extinção contratual, conforme previsto no art. 137, IX da Lei nº 14.133/2021? **Resposta: A ausência de cumprimento da cota legal de contratação de Pessoas com Deficiência (PCDs) e reabilitados, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91, não constitui, por si só, fato impeditivo à participação na licitação ou causa automática de desclassificação da proposta, salvo se houver previsão expressa no edital de que tal requisito integra a fase de habilitação ou julgamento, o que não se verifica no Pregão Eletrônico nº 024/2025.**

O art. 137, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021 trata de hipóteses de extinção contratual motivada durante a fase de execução, caso a contratada, por ação ou omissão dolosa, deixe de observar os requisitos legais vinculados à contratação pública, inclusive os relativos à legislação trabalhista e às ações afirmativas obrigatórias. Assim, a verificação do cumprimento das cotas de PCDs e reabilitados se dá na fase de execução contratual, como obrigação legal a ser observada pela contratada, sujeita a fiscalização e à aplicação das sanções previstas em lei e no contrato. Eventual descumprimento constatado após a assinatura contratual poderá ensejar penalidades, inclusive a extinção do contrato, conforme previsto no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

4. Estão previstos procedimentos formais e diligências (como auditorias, análise de certidões atualizadas, consulta a sistemas oficiais) que serão implementados tanto na fase de habilitação quanto durante a execução contratual para assegurar o cumprimento contínuo das cotas legais, em atendimento ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021? **Resposta: No âmbito do Pregão Eletrônico nº 024/2025, a verificação do cumprimento das cotas legais referentes à contratação de Pessoas com Deficiência (PCDs) e reabilitados da Previdência Social será realizada como obrigação vinculada à fase de execução contratual, conforme previsto na legislação aplicável e no Anexo XII do Edital.**

Embora não estejam expressamente descritos no edital procedimentos formais de auditoria ou consulta a bases oficiais durante a fase de

habilitação, a Administração poderá, a qualquer tempo, inclusive previamente à contratação, adotar diligências fundamentadas para verificar a veracidade das declarações apresentadas, nos termos do art. 63, §1º, e art. 64 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quando houver indícios de irregularidade ou dúvida fundada quanto à veracidade da informação.

Durante a execução contratual, conforme preconiza o art. 116 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser adotados mecanismos de fiscalização periódica, análise de documentos atualizados, auditorias e outras formas de controle, com vistas a assegurar o cumprimento contínuo das obrigações contratuais, inclusive as de natureza trabalhista e social, como as cotas legais. O descumprimento dessas obrigações poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, incluindo advertência, multa, suspensão temporária ou, nos casos mais graves, extinção contratual por ato unilateral da Administração.

5. A Administração confirma que não poderá contratar empresa vencedora que, no momento da assinatura do contrato, não comprove o efetivo cumprimento das cotas legais, mediante documentação hábil e sem pendências na fiscalização trabalhista? **Resposta: Nos termos da legislação vigente, especialmente o art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e o art. 116 da Lei nº 14.133/2021, o cumprimento das cotas legais de contratação de Pessoas com Deficiência (PCDs) e de reabilitados constitui obrigação permanente das empresas contratadas pela Administração Pública. No entanto, o edital do Pregão Eletrônico nº 024/2025 não estabelece, como condição para assinatura do contrato, a apresentação de documentação comprobatória prévia e atualizada do cumprimento integral dessas cotas, tampouco a ausência de pendências junto à fiscalização trabalhista.**

Dessa forma, a existência de pendências administrativas ou autos de infração pendentes de julgamento, por si só, não impede a celebração do contrato, devendo ser resguardado o contraditório, a ampla defesa e a verificação concreta do impacto da situação no cumprimento do objeto contratual. A comprovação do atendimento às cotas será exigida e fiscalizada durante a execução contratual, cabendo à empresa contratada sanar eventuais inconformidades e manter-se em conformidade com a legislação trabalhista, sob pena de aplicação das sanções legais e contratuais cabíveis, inclusive a extinção contratual motivada, nos termos do art. 137, IX da Lei nº 14.133/2021.

6. Caso constatado que uma licitante omitiu autuações vigentes ou apresentou declaração inverídica quanto ao cumprimento das cotas, tal conduta ensejará a desclassificação da proposta e aplicação das sanções previstas no art. 155, VIII da Lei nº 14.133/2021? **Resposta: A apresentação de declaração inverídica ou a omissão dolosa de informações relevantes, como autuações vigentes relacionadas ao descumprimento das cotas legais de Pessoas com Deficiência (PCDs) e reabilitados, poderá ensejar, uma vez comprovada, a aplicação das sanções previstas no art. 155, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que incluem impedimento de licitar e contratar com a Administração por até três anos.**

Contudo, tais consequências não são automáticas e devem observar o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. A desclassificação da proposta poderá ocorrer caso a conduta seja identificada ainda na fase de julgamento ou habilitação e esteja configurada a má-fé da licitante. Alternativamente, se a irregularidade for constatada após a adjudicação ou durante a execução contratual, poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis e eventual rescisão contratual, conforme os arts. 156 e 137 da Lei nº 14.133/2021.

Assim, a Administração adota o entendimento de que a omissão intencional ou a falsidade na declaração quanto ao cumprimento de obrigações legais constitui falta grave, sujeita às sanções previstas no edital e na legislação, desde que apurada formalmente em procedimento próprio.

7. Quais documentos e diligências a Administração exigirá antes da assinatura contratual para aferir o efetivo cumprimento da cota legal e prevenir a contratação irregular? **Resposta: Conforme estabelecido no Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2025, a apresentação da declaração formal de cumprimento das cotas legais de contratação de Pessoas com Deficiência (PCDs) e de reabilitados da Previdência Social constitui requisito obrigatório no momento da proposta, nos termos do Anexo XII. No entanto, não há exigência, antes da assinatura do contrato, de apresentação de documentação comprobatória específica e detalhada quanto ao efetivo cumprimento dessas cotas, tampouco previsão de diligências automáticas para essa finalidade.**

Ainda assim, nos termos do art. 63, §1º, e art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, de forma motivada, realizar diligências adicionais antes da contratação, caso existam elementos objetivos que suscitem dúvidas quanto à veracidade das declarações prestadas. Tais diligências poderão incluir: consulta a sistemas oficiais (como RAIS, eSocial ou CNIS), análise de autos de infração lavrados por auditores

fiscais do trabalho, requerimento de certidões expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou solicitação de relatórios atualizados de quadro funcional.

Entretanto, a verificação material e permanente do cumprimento das cotas legais se dará prioritariamente na fase de execução contratual, por meio da fiscalização do contrato, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021. O eventual descumprimento acarretará a aplicação das sanções previstas na legislação e no contrato, inclusive a possibilidade de extinção contratual por ato unilateral da Administração, conforme art. 137, IX da Lei nº 14.133/2021.

8. Durante a execução do contrato, quais mecanismos de fiscalização (auditorias, exigência de certidões atualizadas, diligências periódicas) serão adotados pela Administração para garantir o cumprimento contínuo das cotas legais, em conformidade com o art. 116 da Lei nº 14.133/2021? **Resposta: Durante a execução contratual, a Administração adotará mecanismos de fiscalização contínua para verificar o cumprimento das obrigações legais por parte da contratada, incluindo o atendimento às cotas de contratação de Pessoas com Deficiência (PCDs) e de reabilitados da Previdência Social, em conformidade com o art. 116 da Lei nº 14.133/2021 e o disposto no Anexo XII do edital.**

A fiscalização poderá compreender, dentre outros meios:

- (i) exigência periódica de certidões atualizadas emitidas por órgãos de fiscalização trabalhista (como a Auditoria-Fiscal do Trabalho do MTE);**
- (ii) requisição de relatórios do quadro funcional da empresa, extraídos de sistemas oficiais (tais como eSocial, CAGED ou RAIS);**
- (iii) auditorias documentais, com verificação de contratos de trabalho, folhas de pagamento e comprovantes de recolhimento de encargos sociais;**
- (iv) diligências in loco, sempre que necessário, para averiguar o cumprimento das obrigações sociais previstas em lei e no contrato.**

A inobservância injustificada das cotas legais poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive a advertência, a aplicação de multas, a suspensão temporária de licitar e contratar, e, nos casos mais graves, a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, nos termos do art. 137, IX da referida norma.

9. Se, no curso da execução contratual, for verificado que a empresa contratada não cumpre mais as cotas legais ou que apresentou declaração inverídica na

fase de habilitação, a Administração promoverá a extinção contratual com fulcro no art. 137, IX da Lei nº 14.133/2021? **Resposta: Caso, no curso da execução contratual, seja constatado que a empresa contratada deixou de cumprir as cotas legais de contratação de Pessoas com Deficiência (PCDs) ou reabilitados, ou que prestou declaração inverídica durante a fase de habilitação ou contratação, a Administração poderá adotar as medidas legais cabíveis, observando sempre o contraditório e a ampla defesa.**

A depender da gravidade do descumprimento e da comprovação de dolo ou má-fé, a conduta poderá configurar causa de extinção do contrato por ato unilateral da Administração, nos termos do art. 137, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, que trata da rescisão motivada em razão do descumprimento de exigência legal relacionada ao objeto do contrato. Além da rescisão, poderão ser aplicadas as sanções previstas nos arts. 155 e 156 da mesma lei, a exemplo de impedimento de licitar e contratar, e multa.

Cabe destacar que a Administração realizará diligências e notificações prévias, assegurando o direito de manifestação da contratada, antes da adoção de qualquer medida punitiva ou rescisória, conforme preceituam os princípios do devido processo legal e da segurança jurídica.

10. Existe, atualmente, contrato em vigor para a execução do objeto licitado? Em caso afirmativo, qual é a empresa contratada? **Resposta: Existe um contrato similar em execução pela empresa Garra Forte Administração e Serviços Ltda.**

11. Os benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), tais como plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida, devem, obrigatoriamente, ser contemplados na composição da proposta de preços? Caso uma licitante deixe de incluir tais benefícios, sua proposta será desclassificada? **Resposta: Os benefícios previstos em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) empregada pela licitante aplicável à categoria profissional indicada na proposta – tais como plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida, entre outros – devem obrigatoriamente ser contemplados na composição da proposta de preços, conforme dispõe o item 6.11.1 do Edital, que exige que a planilha de custos tenha por referência o instrumento coletivo vigente. A omissão desses benefícios na planilha pode comprometer a exequibilidade da proposta e o cumprimento dos direitos trabalhistas, sendo passível de diligência para esclarecimentos ou ajustes. Contudo, a simples ausência**

dos benefícios na proposta não enseja automaticamente a desclassificação, desde que a empresa, quando instada, comprove a viabilidade do valor ofertado e promova a adequação da planilha sem majoração do preço global, conforme previsto nos itens 8.10 a 8.13 do edital. Ressalta-se que, na fase de execução contratual, será exigido o cumprimento integral das obrigações constantes da convenção coletiva indicada pela própria licitante, sob pena de aplicação das sanções legais e contratuais cabíveis.

12. Considerando o disposto no Acórdão nº 1.186/2017 do Tribunal de Contas da União – Plenário, que determina que nos contratos de terceirização de mão de obra a parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado deve ser, no máximo, de 1,94% no primeiro ano de vigência contratual e, em caso de prorrogação, de até 0,194% por ano, todas as licitantes deverão obrigatoriamente adotar em suas planilhas de custos o percentual de 1,94% para a rubrica de Aviso Prévio Trabalhado? A apresentação de percentual inferior poderá ensejar a desclassificação da proposta? **Resposta: A menção ao Acórdão nº 1.186/2017 do Tribunal de Contas da União – TCU, embora relevante como referência técnica para contratações federais, não vincula o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que possui autonomia normativa e atua sob a égide da legislação estadual e da Lei nº 14.133/2021. Assim, não há obrigatoriedade de adoção do percentual de 1,94% para a rubrica de Aviso Prévio Trabalhado nas planilhas de custos das licitantes. Conforme estabelecido no Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2025, cabe à licitante apresentar composição de custos compatível com sua realidade organizacional, desde que demonstrada a exequibilidade da proposta e assegurado o cumprimento integral dos direitos trabalhistas. A indicação de percentual inferior, por si só, não enseja desclassificação automática, mas poderá motivar diligência por parte da Administração para que a empresa comprove, objetivamente, a viabilidade da composição apresentada, nos termos do item 8.10 e seguintes do edital.**

13. Conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2018, os percentuais a serem previstos nas planilhas de custos correspondem a: 8,33% para o 13º salário; 12,10% para férias e 1/3 constitucional; e 4% para a soma da multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado. Todas as licitantes devem, obrigatoriamente, observar e adotar exatamente esses percentuais? A omissão ou adoção de percentuais distintos poderá ensejar a desclassificação da proposta? **Resposta: Informamos que os percentuais indicados na Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2018 (como 8,33% para o 13º salário, 12,10% para férias com 1/3**

constitucional e 4% para a multa do FGTS) são parâmetros usualmente adotados em contratações no âmbito da Administração Pública Federal. Contudo, cumpre esclarecer que referida norma não é aplicável ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que possui competência normativa própria. No âmbito do Pregão Eletrônico nº 024/2025, o TCE-GO estabeleceu uma planilha referencial de custos com o objetivo de orientar a formulação das propostas, cabendo às licitantes apresentarem sua própria composição de encargos sociais e demais custos, desde que compatíveis com a proposta comercial, com os direitos trabalhistas vigentes e com a realidade operacional da empresa. A adoção de percentuais distintos não implica, por si só, em desclassificação, desde que não se verifique inexecução e a licitante consiga comprovar a viabilidade e legalidade da composição apresentada, conforme previsto no item 8.10 e seguintes do edital.

14. É devido o pagamento de adicional de periculosidade ou de insalubridade aos empregados alocados para a execução do objeto contratual? Em caso afirmativo, para quais funções ou postos de trabalho tal adicional deverá ser considerado? **Resposta: O pagamento de adicional de periculosidade ou de insalubridade é devido aos empregados alocados na execução do contrato quando suas atividades se enquadrarem nas condições previstas na legislação trabalhista vigente, especialmente nos arts. 189 a 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e conforme previsão na convenção coletiva aplicável à categoria profissional. Para este certame, a planilha orçamentária referencial elaborada pelo TCE-GO, disponível no site oficial do Tribunal, já contempla as funções que demandam o pagamento de tais adicionais, de acordo com as avaliações técnicas e normativas aplicáveis. Caberá à licitante observar e respeitar esses parâmetros, considerando inclusive os postos de trabalho sujeitos a agentes insalubres, conforme mapeamento previamente definido pela Administração. Recomenda-se atenção à planilha constante do Termo de Referência – Anexo III, bem como às normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.**
15. Para fins de composição dos custos com vale-transporte e vale-alimentação/refeição, qual a quantidade de dias mensais deve ser utilizada como referência? **Resposta: Vide planilha orçamentária disponível no site do TCE-GO.**

16. A Administração disponibilizará a planilha de custos (e, se aplicável, de materiais e equipamentos) em formato editável (Excel), de modo a assegurar a adequada elaboração das propostas pelos licitantes? **Resposta: A planilha orçamentária já se encontra disponível no site do TCE-GO.**
17. Quanto à forma de cadastramento da proposta no sistema, o valor ofertado deverá ser registrado por meio de valor mensal ou valor global anual? **Resposta: valor global anual.**
18. Considerando o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão nº 744/2015 – 2ª Câmara, segundo o qual, em regra, os atestados de capacidade técnica devem demonstrar a experiência da licitante na gestão e administração de mão de obra, independentemente da natureza específica da atividade a ser executada, é correto afirmar que, no presente certame, serão aceitos atestados que comprovem a experiência genérica da empresa na gestão de mão de obra terceirizada, sem necessidade de que refiram-se a atividades estritamente idênticas ao objeto licitado? **Resposta: vide item 4.3.1.1.1 do instrumento convocatório.**
19. Os colaboradores terão direito à fruição do intervalo intrajornada para refeição e descanso ou será devida a indenização correspondente (adicional de intrajornada, caracterizado como hora extra indenizatória pelo intervalo não concedido)? No caso de adoção da indenização da intrajornada, a licitante que eventualmente deixar de contemplar tal rubrica em sua planilha de custos será passível de desclassificação? **Resposta: Haverá usufruto do intervalo intrajornada para refeição e descanso.**

É a resposta.

Goiânia, 09 de junho de 2022.

Agente de Contratação e Equipe de Apoio